

Tensões, continuidades e rupturas: passagens e fronteiras entre produção historiográfica e escrita didática em História no trabalho de Rocha Pombo.

Ivan Norberto dos Santos¹

Resumo: Apresentando os resultados parciais de pesquisa acerca das relações entre a produção historiográfica e a escrita didática em História na Primeira República, este trabalho tem como objetivo indicar algumas das tensões e apropriações que marcam essas duas formas de escrita histórica naquele período, a partir de uma análise do trabalho do historiador José Francisco da Rocha Pombo.

Palavras-chave: Primeira República - Historiografia - Livro didático de História.

Abstract: Presenting partials results of research concerning the relations between historiographic production and didactic writing of history during the First Republic, this paper intend to indicate some of the tensions and appropriations that marks these ways of historical writing at that epoch, based on the analysis of the work by the historian José Francisco da Rocha Pombo.

Keywords: First Republic - Historiography - Textbooks of History.

A disseminação do saber histórico nas classes de ensino fundamental e médio e a construção deste saber através da pesquisa percorrem estradas paralelas no mundo da cultura brasileira neste começo de milênio. A especialização das disciplinas e campos intelectuais, de um modo geral, pouco se modificou apesar dos esforços de interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade empreendidos principalmente a partir da segunda metade do século XX por estudiosos e pensadores de diferentes matizes. Todavia, entre os domínios da produção historiográfica e da produção de manuais e livros didáticos de História no Brasil, pode-se mesmo afirmar que houve um lento, mas cada vez mais acentuado, afastamento.

De um lado, pesquisas históricas relevantes e inovadoras são levadas a termo sem que seus resultados cheguem ao grande público através dos textos dos livros escolares, os quais, atavicamente, continuam apresentando conteúdos e análises há muito consideradas relativas ou mesmo abandonadas pela historiografia. Do outro, as questões ligadas ao ensino e à divulgação da disciplina histórica, em seus aspectos didáticos e instâncias pedagógicas fundamentais, não parecem interessar à grande maioria dos pesquisadores. O aumento, a partir

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq-Brasil.

da década de 1970, de trabalhos historiográficos voltados para temas semelhantes, não foi ainda suficiente para alterar uma opinião que parece vigorar implicitamente entre alguns, de que o ensino de História deve ser tratado mais por professores e pedagogos do que por historiadores.

Metáforas redutoras ou considerações unilaterais, de uma ou de outra parte do embate, não dão conta da complexidade da discussão e nem contribuem para torná-la mais produtiva. Numa das frentes, numa imagem que se tornou um lugar comum, acusa-se a produção acadêmica de ser fabricada em uma “torre de marfim”, distante das principais carências e demandas da sociedade, afirmação esta que é peça de um debate maior acerca do papel dos intelectuais no mundo atual e da produção de conhecimento, como um todo. Na outra fronteira, juízos são enunciados acerca das resistências a mudanças de tratamento e abordagem no texto didático, baseadas em inércia, corporativismo e interesses mercadológicos, disseminados nos diferentes espaços do sistema educacional brasileiro. Se, por um lado, os historiadores profissionais recebem a pecha de não escreverem para um público amplo, leigo ou iniciante, por outro, os livros didáticos de História são considerados, do ponto de vista do conhecimento histórico, no mínimo, de baixa qualidade.

Uma abordagem possível para tal questão seria ponderar em que medida proposições semelhantes estariam hoje, mais ou menos, parcialmente justificadas. Uma outra abordagem seria pela própria via da História: problematizar os diferentes momentos de construção das fronteiras entre as duas formas de escrita, historiográfica e didática, poderia contribuir para uma desnaturalização dos atuais termos do problema, considerando os limites e as especificidades das diferentes produções como possibilidades historicamente constituídas e não como necessidades irrevogáveis. Tal operação implica considerar as apropriações, mobilidades, deslocamentos e tensões que permeiam as relações entre os dois tipos de narrativa histórica. Esse é um dos objetivos centrais da pesquisa em curso acerca da produção historiadora do intelectual paranaense José Francisco da Rocha Pombo, cuja divulgação de resultados parciais será o objeto da presente comunicação.

Nascido na província do Paraná em 1857 e falecido no Rio de Janeiro em 1933, Rocha Pombo teria bem aplicada ao seu nome a qualificação de polígrafo. Professor, romancista, poeta, homem de imprensa, articulista, autor de mais de trinta títulos publicados em diversos âmbitos da produção intelectual, já em idade madura acrescentou ao seu vasto currículo o ofício de historiador.

Realizada entre o final do século XIX e a terceira década do século XX – tempos de grande efervescência social, política e intelectual da chamada Primeira República – a

produção histórica de Rocha Pombo se deu tanto no campo da historiografia quanto no da escrita de manuais e compêndios destinados ao ensino da disciplina nas classes primária e secundária. Seus dois primeiros livros de História, o “Compêndio de História da América” e “O Paraná no Centenário: 1500-1900”, publicados no ano de 1900, marcavam esse caráter de duplicidade de escrita.

Entre 1905 e 1917, Rocha Pombo dedicou seu esforço historiográfico à publicação do seu trabalho de maior monta, uma extensa “História do Brasil”, em dez volumes, retornando à produção de compêndios apenas após a edição do décimo tomo, quando publicou “Nossa Pátria, narração dos fatos da História do Brasil através da sua evolução”, destinada ao ensino primário, e, “História do Brasil, para o ensino secundário”. A recepção ao seu trabalho de seria também pautada por uma duplicidade, caracterizada, porém, por uma assimetria de julgamentos.

Enquanto, diante dos seus escritos historiográficos, a crítica mantinha-se distante, ou, nos raros momentos em que rompia o silêncio, formulava duras apreciações, por outro lado, os compêndios de Rocha Pombo eram contemplados com numerosas e repetidas edições. A acolhida aos primeiros pode ser estimada, por exemplo, através da crítica de João Ribeiro, professor, filólogo, crítico literário e historiador, citada por Wilson Martins:

Rocha Pombo escreveu uma grande história prolixa em dez ou doze grossos volumes, nunca lidos e provavelmente ilegíveis; é o mais pesado, volumoso e todavia o mais estéril. Duvido muito que o presente ou o futuro lhe dêem um lugar conspícuo entre os nossos historiadores (MARTINS, 1978: 25).

Quanto aos seus livros didáticos, tem-se, a título de exemplo, a trajetória do “Nossa Pátria”. Dois anos após a sua publicação já estava em sua quarta edição, sendo utilizado “oficialmente nos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Sergipe, Maranhão e adotada no ensino desses estados e nos de Paraná, Bahia e Rio Grande do Norte” (POMBO, 1919: 3). Este compêndio foi reeditado até o ano de 1970, segundo Fernanda Luchesi, com um total de 88 edições e 452 mil exemplares impressos (LUCHESE, 2004).

A emergência, num autor como Rocha Pombo, dessa dupla produção, tanto no campo da historiografia quanto no da escrita didática, pode ser compreendida num quadro de esgarçamento dos limites da disciplina, que fazia parte do acirramento do debate intelectual em torno dos projetos de nação para o Brasil, tarefa essa que colocaria à História um papel central.

Formulada já nos primeiros anos do Império através de uma proposta que conjugava a necessidade de escrever uma História do Brasil, de fundar um espaço para preservação de uma memória nacional, e de educar o povo brasileiro como súdito e cidadão, a demanda pela construção de uma identidade única e historicamente legítima para a nação brasileira teve como marcos a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Arquivo Nacional e do Colégio de Pedro II, em 1838 (GUIMARÃES, 2003: 197). Todavia, antes mesmo que, respondendo às instâncias expressas pelo IHGB desde a sua fundação, fosse escrita a primeira grande História nacional, que teria seu reconhecido exemplo com a “História Geral do Brasil”, publicada em 1854 por Francisco Adolfo de Varnhagen, dois livros voltados ao ensino da disciplina, já haviam sido editados no país.

O primeiro, intitulado “Resumo de história do Brasil até 1828”, editado em 1831, foi uma tradução feita pelo militar português Henrique Luiz de Niemeyer Bellegard do original do escritor francês Ferdinand Denis. Bellegard não teria se limitado, porém, somente a traduzir, tendo “corrigido” e “aumentado” a obra original, que recebera elogios no primeiro número da Revista do IHGB, em 1839. O segundo livro, o “Compêndio de História do Brasil”, do general pernambucano José Inácio de Abreu Lima, foi publicado em 1843 e adotado pelos Programas de Ensino do Império entre os anos da década de 1850 até 1862. Esta obra recebeu duras críticas que envolveram Abreu Lima em uma polêmica com o IHGB e o jovem Varnhagen, entre 1843 e 1846 (GASPARELLO, 2004: 79-81, 90).

O pioneirismo da iniciativa de compor uma escrita didática constituiria antes um sinal de falha que de virtude. Segundo Varnhagen, um compêndio de História só deveria ser escrito quando estivesse concluída a “verdadeira” obra, sobre a qual a produção didática deveria se basear, e esta ainda não estaria pronta. Apesar de não afirmá-lo explicitamente, esta provavelmente seria aquela que ele próprio, Varnhagen, se acreditava então em vias de realizar. Uma escrita didática surgia, portanto, no Brasil, não como uma decorrência de uma produção historiográfica anterior, mas, inclusive, entrando com essa em um campo de concorrências e disputas pela definição de espaços de competência e propriedade de fala. Um sentido de hierarquização entre os dois tipos de texto não era naquele momento evidente, precisava ser proposto, divulgado e defendido.

Deslocamentos e trocas observados nos diferentes momentos do estabelecimento dos espaços de produção indicam a condição dinâmica dessa constituição. Como no caso de Joaquim Manoel de Macedo, quando da publicação, em 1861, do seu compêndio “Lições de história do Brasil”. De maneira ambivalente, Macedo procurava submeter o seu trabalho como autor didático a uma tradição historiográfica, particularmente ao trabalho de Varnhagen,

à qual, ao mesmo tempo e com o mesmo gesto, ajudava a consolidar. Por outro lado, buscava construir um lugar próprio para a produção de compêndios, propondo algumas especificidades para uma escrita didática, como a necessidade de adequação da apresentação do texto à sua utilização prática em sala de aula (MATTOS, 2000: 83-84). A tarefa de composição de um material dessa ordem não poderia ficar a cargo de alguém que fosse tão somente um historiador, mas teria o seu êxito vinculado à experiência no campo da docência, como era o caso do próprio Macedo.

Às transformações ocorridas no Brasil a partir da década de 1870, seja no campo das idéias, onde “vivenciava-se o florescimento de uma produção intelectual de conteúdo claramente contestador” (MOTA, 1998: 59), seja nos âmbitos político e social, marcado pela passagem do Império à República, ligava-se uma intensificação das disputas e uma busca de rumos diferentes para o campo da História. O questionamento e a queda do prestígio das instituições tradicionalmente responsáveis pela produção e difusão do saber histórico, a busca por uma identidade capaz de inserir o país nos rumos da civilização moderna, sem perda da referência ao passado como fonte do sentido e de unidade, são alguns dos fatores que permitem compreender o surgimento de um trabalho como o de Rocha Pombo. Trabalho esse que ignora as balizas disciplinares e, alheio aos debates, transita entre os dois modos de escrita.

Dois dos aspectos do estudo das relações entre produção historiográfica e escrita didática na obra de Rocha Pombo serão indicados a seguir, como um esboço das inferências construídas ao longo da pesquisa: a concepção do historiador paranaense acerca dos compêndios de História; e a forma como o saber historiográfico emerge nos dois tipos de texto que o mesmo produz.

Num primeiro momento de sua escrita didática, as preocupações de Rocha Pombo como autor de compêndios não parecem diferentes de outros que se dedicavam a esse tipo de produção:

Uma obra didática em geral deve ser simples, clara e concisa: quando mais quando tem por objeto a história. (...) a primeira qualidade de tal trabalho é a de por, ante os olhos de quem estuda, os fatos em suas linhas gerais, de modo que a variedade deles não faça esquecer nunca ao espírito do leitor a grande síntese em que esses fatos se completam e animam (POMBO, 1900: xxxiii).

Clareza, concisão e síntese seriam, portanto os elementos fundamentais para um texto destinado ao ensino da disciplina histórica. Menos que os eventos, era a síntese construtora do sentido que deveria ser preservada pela memória. Porém, quase duas décadas mais tarde, na

apresentação da sua “História do Brasil para o ensino secundário”, o acréscimo de outros elementos marcará uma mudança sutil, mas significativa:

o que é preciso para isso, a meu ver, é ir começando por aliviar da massa de fatos o contexto histórico, reduzindo a narração dos sucessos mais significativos, de modo a esclarecer a consciência, a infundir o sentimento, poupando o mais que possível a memória (POMBO, 1917:3).

Embora a operação efetivamente realizada aparentemente permaneça a mesma de antes – ou seja, selecionar os fatos considerados como mais importantes ou mais adequados, resumindo-os, ordenando-os, de modo a estabelecer uma síntese que constitua um nexos e uma racionalidade – não seria um ato intelectual de memória, uma preservação, seja dos fatos em geral, seja de um sentido regulador, que se desejaria alcançar como objetivo final da escrita de compêndios. A criação de um estado de consciência, o cultivo de uma afetividade, é o que estaria sendo sugerido. A História, para Rocha Pombo, não ensinaria simplesmente através do exemplo, do sentido ou da lembrança, mas fundamentalmente, através dos sentimentos que ajudaria a infundir.

É necessário criar entre nós, antes de tudo, o gosto pela nossa História – sem o que não haverá esforço que levante o nosso espírito de povo. (...) E, depois, aqueles que desejarem entrar mais fundo nas causas e mais amplamente nos assuntos – que recorram a mais largas fontes. O primeiro trabalho e o mais interessante é este – o de mostrar como a nossa história é bela (POMBO, 1917: 3).

O cultivo do gosto e a manifestação do que haveria de belo na História deveriam ajudar a formar um amálgama de sentimento coletivo como resultado do ato pedagógico. Este trabalho primeiro destinado ao ensino se desenvolveria pelo acesso a tradições que não estavam dadas, precisavam antes ser estabelecidas, interpretadas, reordenadas como tal, e isto seria feito através dos livros didáticos e compêndios de História.

O segundo aspecto, a forma como o conhecimento histórico aparece nos trabalhos de Rocha Pombo e o modo como este opera um intercâmbio das marcas e limites pertinentes a cada forma de escrita, remete a um primeiro ponto a ser enfrentado: a constatação de que Rocha Pombo escreveu seus compêndios de maior repercussão sobre a História do Brasil, somente após haver concluído a sua grande empreitada historiográfica, conforme indicado acima. Isso poderia sugerir um caráter de derivado natural entre as duas produções, todavia, a comparação entre os vários textos expõe um quadro de maior complexidade.

Nos diferentes livros que abordam um mesmo tema, como as suas História do Brasil historiográfica, para o ensino primário, secundário ou superior, mais que se apropriar, adaptar ou resumir, o que Rocha Pombo opera é uma constante tradução: conteúdos são reordenados, interpretações são reformuladas, temáticas são invertidas. Um exemplo é a sua discussão acerca da participação das três raças na formação do povo brasileiro, a qual, se aparece em todos os livros, configurando um elemento de continuidade, assume, porém, um caráter completamente diferente em cada um deles. A noção de simplificação, de vulgarização, é insuficiente para dar conta da presença de tantas diferenças. Problema em aberto, o que se constata é uma tensão permanente, que atravessa de forma marcante toda a escrita em História de Rocha Pombo, o qual parece converter-se sempre em um “outro” para si mesmo.

Rocha Pombo concebia a História como portadora de uma finalidade pedagógica intrínseca: educar o povo para realizar os desígnios da nação. Às diferentes instâncias do saber histórico caberiam apenas tarefas diferentes em momentos diferentes dessa missão maior. Assim, não haveria um espaço exclusivo para a produção do saber e outro para a divulgação dos conteúdos de conhecimento simplificados. Passar de uma a outra forma de escrita implicaria realizar a mesma função de modos diferentes, lidando, contudo, com as peculiaridades de cada narrativa de maneira tensa e descontínua, como uma escrita inacabada, em constante reconstrução.

Fronteira dentro de fronteiras, a produção de compêndios e manuais no Brasil particularizou-se, ao longo do século XIX e início do XX, ao mesmo tempo em que lhe foi sendo construída uma imagem de gênero menor. Todavia, uma escrita didática em História não emergiu tão somente pela necessidade de compartilhar, de divulgar a um público mais vasto um conhecimento produzido em uma instância superior, mas, conforme Rocha Pombo, por exemplo, emergiu do próprio caráter pedagógico constitutivo da História como disciplina. Como um coroamento, a princípio; e na forma de uma especialização desse mesmo caráter.

Sem jamais poder reduzi-las a uma mesma peça do jogo, pode-se sugerir que historiografia e escrita didática não se encontram, nem tão distantes, nem submetidas a uma relação de dependência hierárquica matricial. Rocha Pombo é, portanto, um caso que permite expor a complexidade das relações entre as duas formas de escrita, não por se tratar de um exemplo da idiosincrasia ou originalidade de um autor, mas por permitir pensar que as separações disciplinares são menos nítidas, mais tensas e mais complexas do que pareceriam a uma análise superficial.

Referências bibliográficas:

GASPARELLO, Arlete Medeiros. **Construtores de identidade:** a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira. São Paulo: Iglu, 2004.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. *História e Nação: uma pedagogia para a modernidade.* In: **Educação no Brasil:** História, cultura e política. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

LUCCHESI, Fernanda. **A história como ideal:** reflexões sobre a obra de Jose Francisco da Rocha Pombo. São Paulo: USP, 2004. Dissertação.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira.** vol. VI. São Paulo: Cultrix, 1978.

MATTOS, Selma Rinaldi de. **O Brasil em lições:** a história como disciplina escolar em Joaquim Manoel de Macedo. Rio de Janeiro: Access, 2000.

MOTA, Maria Aparecida Rezende. **Brasil e Portugal:** imagens de nação na Geração de 70 do século XIX. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 1998. Tese.

POMBO, Rocha. **Compêndio de História da América.** Rio de Janeiro: Laemmert & c., 1900.

_____. **História do Brasil.** vol I. Rio de Janeiro: J. F. Saraiva editor, 1905.

_____. **História do Brasil,** para o ensino secundário. São Paulo: Weiszflog, 1917.

_____. **Nossa Pátria:** narração dos fatos da História do Brasil através da sua evolução. 4. ed. São Paulo: Weiszflog, 1919.